

O TESTAMENTO DE UM HISTORIADOR: MARC BLOCH

“Por uma história mais ampla e mais humana...” Eis o que pensava Marc Bloch ao escrever o *“Métier d'historien”* (1).

Não é fácil apreciar-se uma obra inacabada, truncada por uma tragédia. Teimosamente a lembrança de um borrão de sangue se interpõe. Aos 58 anos, em junho de 44, morreu Marc Bloch fuzilado pelos nazistas, em um campo no vale do Saona, ao norte de sua cidade natal — Lyon. Não somente por ser judeu, mas por ser ativamente francês: militante da Resistência. Matou a Gestapo um dos maiores historiadores franceses contemporâneos. Uma grande inteligência numa grande alma. Da inteligência: sua tese na Sorbonne — *Rois et Serfs* (1920), *Les rois thaumaturges* (Faculdade de Letras de Estrasburgo, 1924), *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (1931), *La société féodale* (Col. Synthèse historique, 1940), mais sua atividade universitária, mais a colaboração nos *Annales*. Do coração, lê-se em seu testamento espiritual: *“Esforcei-me durante minha vida, o melhor que pude, no sentido de uma sinceridade total de expressão e de espírito. Considero a complacência para com a mentira, qualquer que seja o pretexto de que seja revestida, como a pior lepra da alma.”*

Uma das mais puras vocações de historiador da geração de 14. Quando se olha seu último retrato (de 1943), de sob os cabelos já prateados, naquele olhar de frente, que o aumento pelas lentes fortes dos óculos torna de análise mais fácil, surpreende-se a clareza interior dos que permanecem fiéis à verdade. Clareza mesclada daquela tão francesa *“gaîté malicieuse”* a que se refere Febvre.

Seu livro foi escrito longe de sua bibliotéca despojada pelo invasor, longe da quietude de seu apartamento em Paris, longe de toda a tranqüilidade. Preocupado com os filhos, rondado pela suspeita hitlerista, agitado pelos maus ventos da atmosfera insalubre da Ocupação. Aliás, ele nos dá impressão de fuga higiênica, de derivativo, da terapêutica para manutenção do equilíbrio ático de seu espírito, de tal forma é sereno, sincero, cristalino. Ele mesmo o confessa: simples antídoto ao qual, entre dores e ansieda-

(1)... — *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien*. Cahiers des Annales. A. Colin. Paris, 1949.

des pessoais e coletivas, pedia um pouco de equilíbrio de alma. Das vagas da paixão íntimas, nem eccs. “E’ preciso que os historiadores cons: em as mãos limpas”, escrevia em 1939 a Febvre.

A crítica precoce parece uma profanação quando ainda não se dissipou a sombra da imagem das torturas do sinistro cárcere do Forte de Montluc e da tragédia de Trevous. Ninguém consegue silenciar as emoções, nem insensibilizar-se a serviço da censura pelo progresso da ciência. Mas o livro obriga a pensar. E sob o calor das idéias atenua-se a lembrança.

O *Métier d'historien* é o manifesto inacabado de um pugilo de historiadores. O grupo dos *Annales*. Saiu inteiro do pensamento de Bloch — e Febvre o publicou sem alterações —, e, certo, com outros da companhia, terá objeções a opor. Mas a inspiração de todos é uma só: a aliança da história com a vida: a história, ciência do homem. Ou dos homens. Ou do homem em sociedade.

Hesitou Bloch entre dois nomes: *Apologie pour l'Histoire* ou *Métier d'historien*. Febvre conservou-os ambos. Sinceramente preferimos o segundo: hoje, que Marc Bloch está morto, dá-lhe um cunho de auto-biografia espiritual. Publicado por delegação póstuma, seria preciso saber-se a história d’esses Castor e Pollux dos *Annales*, de uma convivência de um quarto de século, para se poder compreender a simpatia que o livro inspira.

E’ um livro incompleto. E isso é grave defeito. Porque o A. não podia empreender pesquisas e anotações bibliográficas. Compreende-se. E compreender é perdoar. Mas, o sobrevivente Febvre poderia tê-lo completado. Deveria tê-lo completado. Para fazer do *Bloch-Febvre* o Langlois-Seignobos da nova geração. Seria um grande livro, o livro decisivo. Bloch teria gostado. Estavam as idéias de ambos tão intimamente ligadas que a coerência nada teris a sofrer. Eles mesmos o dizem. Marc Bloch: “Entre as idéias que me proponho sustentar, mais de uma certamente me vem diretamente de V. De muitas outras não saberia decidir, em sã consciência, se são de V., de mim, ou de nós dois.” Febvre: “Sim, em todo êsse tempo, quantas idéias trocadas, tomadas, retomadas e misturadas... Idéias dêle cu de mim?” Lembro-me de ter ouvido Febvre dizer: “Definir é limitar”. A frase aparece em Marc Bloch. De ter ouvido Febvre dissertar a propósito da tirania do número sobre o homem contemporâneo. Encontra-se a idéia em Marc Bloch. De quem? De um? De outro? De ambos?

Completo, o livro teria firmado uma posição. Mutilado pela morte, sua influência, conquanto grande, nunca poderá alcançar as proporções merecidas. Acabá-lo, eis o dever que se impõe a Lucien Febvre. Sanar-se-ia o defeito: obra sem documentação, obra incompleta. O livro foi sonhado em comum. Bloch fêz a sua parte.

“Demasiado tarde”, dizem os escrúpulos de Febvre. Ainda não, o espírito comum continua vivo. Enquanto é tempo.

São apenas cem páginas. Cem páginas tão claras, simples e humanas, que a tentação é traduzi-las sem escolher. Entre as idéias e os exemplos, uma tal harmonia e desembaraço, que parece confissão. Há idéias discutíveis, mas, justamente para serem discutidas, elas se apresentam enroupadas como problemas — a farda do destacamento dos *Annales*.

Para se entender o desenvolvimento do pensamento de M. Bloch, tem-se que partir de sua concepção de história. A história é a ciência do homem — esta é a senha dos *Annales*. Ciência dos homens, prefere Marc Bloch, para evitar a abstração implícita no singular e marcar a relatividade de uma ciência do diverso. Do homem em sociedade, diz ainda, corrigindo Fustel de Coulanges que falava das sociedades humanas. Dos homens, considerados na coordenada do tempo. Certo, esta idéia é herança de Michelet e de Coulanges. Mais gente pensa assim: Dilthey e Groethuysen, por exemplo.

O homem é pois o centro magnético da história. O homem integral, em toda a sua complexidade. Não o *homo politicus*, o *homo religiosus*, o *homo oeconomicus*, mas o homem por inteiro. O homem como é, como tem sido, como vem sendo. O homem na *durée*, o homem de sempre, o homem de cada época.

Quando se pensa assim, desde logo se liquida o problema de para que serve a história. Problema atual: há quem, apanhado pela concepção tradicional, a considere uma perigosa inutilidade. Paul Valéry ou Nitzche. Mesmo porque, se só servisse para distrair o espírito, como edificação estética sobre temas do passado, como capítulo da arte literária, já estaria justificada sua existência. Mas Bloch não pretende focalizar o problema da utilidade da história. Problema de mentalidade burguesa. Isso, certamente o levaria a buscar fora da história a sua razão de ser. Ele não quer sair da história. Não quer e não precisa. O verdadeiro problema: o da legitimidade da história, de sua função no espírito humano.

Está a civilização ocidental impregnada de história. E' o cristianismo uma religião de base histórica: no tempo, o drama do Pecado e da Redenção, colocado entre a Queda e o Juízo Final. O homem ocidental gosta da história: deleita-se mesmo com êsse sucedâneo que é o romance enfeitado de fantasia. Pode-se buscar o prazer mais refinado e puro: com o tempêro da verdade. E sem roubar à ciência o seu colorido de poesia. "Seria espantosa tolice crer que, pelo fato de exercer tão poderosa atração sobre a sensibilidade, ela deva ser menos capaz de satisfazer também à nossa inteligência."

Porém, há uma história mal compreendida. Certo, aqui Marc Bloch pensava nessa história-historisante, nessa história *événementielle* já superada que teima em colecionar imparcialmente fatos e mais fatos, entregando-se à ruminação deles. Se essa história

continua, se o historiador não a humaniza ao mesmo tempo que a cerca de amorosas cautelas que assegurem a credibilidade científica pela inteligência, êle a expõe a ser desmoralizada pelas demais ciências em progresso. E' grave sua responsabilidade.

Para a história coloca-se o problema da própria sobrevivência. Como ciência, tem sérios defeitos. "Não é ainda o que devia ser." E' uma ciência na infância. Na infância, como ciência. E nenhuma outra existe tão difícil, e poucas são obrigadas a usar instrumentos de trabalho tão dispares. A mais difícil das ciências.

Sempre existe o perigo de, supondo-se que ela não pode por sua natureza servir à ação, acuar-se a pesquisa histórica de desperdício de tempo e inteligência que poderiam ser melhor aplicados. A legitimidade da história só aparece aos olhos de quem sabe que o *homo sapiens* tem razões que não são as do *homo faber*.

Se a história é ciência ou não? Alguns historiadores trabalham fatigados pela idéia da inanidade de seu esforço porque sabem que ela não pode atingir o nível das ciências físicas, com demonstrações irrefutáveis, desde que os acontecimentos refogem a disciplina do saber racional. Mas, mesmo sem leis imutáveis (existe isso?), o conhecimento pode ser científico, uma vez revestido de certeza e de universalidade. A própria teoria da ciência mostra, pela relatividade da certeza e da universalidade científicas, que estas são um problema de grau. E a história, como ciência, está apenas no começo. O que a palavra história não designa é *ciência do passado*, pois não poderia existir. Há ciência do presente? Do futuro? *Ciência dos homens*, isto sim. "O bom historiador se assemelha ao ogre da lenda. Onde cheira carne humana, sabe que aí está a sua caça." Considera o homem no tempo — "o plasma em que se banham os fenômenos e o lugar de sua inteligibilidade." Também o físico pode se interessar pela duração de um fenômeno, mas para êle a posição cronológica dessa duração não tem importância. Dir-se-ia: o físico indaga: quanto tempo? O historiador: em que tempo?

O tempo contém o segredo da compreensão. Não basta porém ascender às origens dos fatos para explicá-los. Insurge-se Marc Bloch contra a obsessão das origens: êsse ídolo do historiador a pensar que revelada a origem está compreendido o fato. Não raro a descoberta das origens é pretexto para o entremetimento de julgamento de valor, êsse "satânico inimigo da verdade histórica". Isso lembra um trecho de Febvre: "Não julguemos Lutero. De resto, que Lutero, e segundo que código? O seu? O nosso? Ou o da Alemanha contemporânea?" (2)

A embriogenia do fato não o explica. Filiar não é explicar. Dizer que as instituições feudais derivam das instituições roma-

(2). — Febvre (L.) — *Un destin: Martin Luther*, pág. 207-208 (Presses Universitaires. Paris, 1945).

nas ou das germânicas — velho debate! — não é explicá-las. E as condições que tornaram possível o desenvolvimento do fato considerado? Lembra Marc Bloch um provérbio árabe: “os homens se parecem mais com o seu tempo do que com seus pais”. Apontar os pais não é entender o homem: as condições do tempo atuam vivamente sobre êle.

Importante essa observação de Bloch. Atinge uma historiografia estreitamente genética. Pensamos que é preciso que o historiador, por um esforço de método, encontre o presente do tempo que estuda. Que olhe o passado como um presente. Sem escorregar necessariamente para o passado dos fatos, depois para o passado dêsse passado, sempre descendo num verdadeiro plano inclinado. Porque não chegaria nunca ao fim do tempo à busca da explicação embriogênica primeira, fugindo sempre da realidade que escolheu para estudo. Há uma deformação profissional — cachimbo entortando a boca — nessa atitude metodológica. E’ preciso segurar o fato estudado, situar-se no seu tempo e, embora não se deixe de perquirir a gênese, é essencial o levantamento das condições “atuais” do fato naquele presente do passado para o qual se terá transportado o historiador.

Para se entender o presente é necessário ir ao passado, da mesma forma que para entender o passado há que partir do presente. Certos historiadores se esquecem disso: metem-se dentro do poço para estudá-lo e não querem sair. Por isso faz bem M. Bloch em lembrá-los. E’ impreciso o limite entre o atual e o inatual. E como acompanhar a incidência do passado no presente? Não é simples. Mesmo as gerações não exercem influência direta sucessiva umas sobre as outras. Entre os camponeses, por exemplo, nota Bloch, a influência dos avós é maior que a dos pais. Se “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”, o inverso também é verdade. A partir do presente, já o ensinava Pirenne. Quem pode explicar a história da paisagem rural de um país se não partir de seu panorama atual?

Da mesma forma que o passado está no presente, o passado pode ser visto no presente. Há uma observação histórica, e isso tem implicações metodológicas. Costuma-se apontar como fraqueza do método da história o fato dos conhecimentos provirem sempre de *observação indireta*. Não é verdade, observa Bloch. E’ possível ao historiador ver o passado no presente. Mesmo que fôsse indireta, isso não é privilégio da história. Em outras ciências, nas sociais sobretudo, o observador não refaz tôdas as experiências de seus antecessores, a ver com os próprios olhos. Louva-se em testemunhos. As estatísticas por exemplo.

Mesmo o historiador pode observar sem intermediários. O de que precisa é passar dos dados materiais à compreensão do que êles significam. De umas ossadas de crianças à existência de culto com sacrifícios humanos. O historiador conhece através de tra-

ços, à mercê do capricho do tempo que, arbitrariamente os conserva ou destrói. Apenas não pode reproduzir experimentalmente os fatos para vê-los de novo. (O físico, afinal, que tem de suas *energias* — eletricidade, gravidade, radioatividade, senão traços? Ou ele as conhece diretamente?) O historiador tem testemunhos: não precisa refazer as experiências. Outros, por ele, viram os fatos. O que faz é controlar a fidelidade dos depoimentos. Falta de depoimentos, às vezes, o passado não se entrega. Silencia. O mesmo não é verdade para o presente? Poderia o economista estudar o movimento de um pôrto se um funcionário se esquecesse de fazer os registros alfandegários, negando seu depoimento?

O que o historiador tem que saber é o uso dos testemunhos. "O passado não se modifica, mas o conhecimento do passado se aperfeiçoa". Hoje prefere-se o testemunho involuntário ao intencional carregado dos preconceitos e paixões do tempo. Conhecemos a importância dos movimentos comunais, apesar da repugnância dos cronistas medievais em relação a eles. Sabemos mais do que pretenderam que nós soubéssemos.

Como usar os testemunhos? A metodologia clássica, formal, mostra o historiador recolhendo documentos, sopesando-lhes a autenticidade e a veracidade através da crítica. revestido de álgida imparcialidade, para só depois atirar-se à interpretação e à elaboração histórica. Mas nunca foi assim! Exclama Marc Bloch. Primeiro, vem o espírito e não o documento. A indagação já tem uma diretriz, o historiador sabe de antemão o que vai perguntar ao documento. "Não há pior conselho a dar-se a um principiante que de esperar, numa atitude de submissão, a inspiração do documento." Mas sempre uma idéia direta: Como pode achar quem não sabe o que procura?

A crítica é ajudada por disciplinas auxiliares cuja lista corrente é demasiado curta e convencional. Todas as ciências ajudam a história. Nada lhe é estranho desde que interesse ao conhecimento do homem.

A crítica que como técnica aparece no século XVII, não como um puro impacto do cortesiano como se supõe, mas como fruto de uma época, ensina a usar todos os documentos. E Bloch mostra a importância dos documentos falsos. São pontos de partida. Mostra-se que é falso não para aconselhar seu abandono como inútil, mas para que se possa extrair dele o que é capaz de dizer, até mesmo a verdade. Há motivos de forjicação: a mentira é um testamento. Há épocas mitômanas, por que? O plágio? Ele não implica necessariamente em má fé. Depende da época. A propósito de sua tese *O Nobiliário do Conde D. Pedro* (3), explicava-nos Soares Amora como os cronistas medievais se julgavam herdeiros e continuadores uns dos outros, numa obra coletiva, ra-

(3). — Amora (Antônio Soares). — *O Nobiliário do Conde D. Pedro*. Boletim "Letras, n.º 4" (XIII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo). São Paulo, 1948. 115 pp.

ção pela qual alguns d'êles foram vistos injustamente como plagiários. Pensamos em Rui de Pina: na sua época ainda seria assim?

A própria falsidade tem graus: desde a má fé até o erro involuntário. É o ensinamento da psicologia do testemunho, dos experimentos da Claparède por exemplo. A familiaridade, a emocionabilidade, a sugestão, o dinamismo subconsciente interferem na observação. Importante o estudo do espírito social, verdadeiro caldo de cultura de notícias falsas.

Essa flutuação da fidelidade testemunhal, porém, não aniquila a credibilidade. As enfermidades do testemunho podem ser controladas, e não afetam o grande fato, mas os pormenores. Pode-se duvidar da existência de César e Pompeu, ainda que as paixões contemporâneas os possam apresentar deformados? As próprias deformações, intencionais ou não, apresentam interesse para o historiador. Sintomas a serem meditados. "A crítica do testemunho que trabalha sobre realidades psíquicas, permanecerá sempre uma arte de *"finesse"*. "Não existe para que se lhe atribuam receitas." Bloch desenrola uma série de problemas. As semelhanças por exemplo: umas justificam, outras desacreditam: há imitações que são do formulário do tempo, outras que resultam do conhecimento do tempo. Nas dessemelhanças, tanto pode haver equação pessoal, como ocorrência de exceção, como descuido do falsificador. Nas descontinuidades, às vezes o falso, mas às vezes, o retrocesso. Tem-se que admitir as coincidência também. O passado é o que foi, sem lugar para o que poderia ter sido: mas o historiador não pode deixar de considerar as probabilidades.

Da crítica, o historiador passa à análise. Eis um grave problema: julgar ou compreender? O problema da imparcialidade. Ele não é um juiz dos infernos: diz simplesmente o que foi. Procura as razões profundas dos fatos. O dualismo bem-e-mal não é campo para o historiador. Pelo menos, segundo seus próprios padrões. Se pode dizer se um general traiu ou não, se bom ou mau, é porque, ao afirmar, não julga, apura.

Compreensão porém, não implica em passividade. A realidade humana é complexa: há que passar da diversidade dos fatos humanos à descoberta da unidade das consciências. Eis um corramento da pesquisa. Eis um forte colorido do pensamento de Bloch. O historiador tem que escolher para chegar a um fim. Apesar de todos os contrastes, as emoções religiosas tem qualquer coisa de comum. Essas quaisquer coisas têm que ser descobertas e postas a nú. Abstração? Certo. Por que não? Escolha arbitrária? Tanto quanto a do outro cientista que, na realidade complexa que o cerca, escolhe o objeto de seu interesse: o botânico, a planta, o biologista as funções vitais, etc.

O homem é contraditório: achar a consciência não é fácil. Numa sociedade, a atmosfera impregna tôdas as atividades; a reli-

giosa ou a econômica aparentam-se por certos caracteres. Em cada época, a importância relativa de cada fator — o político, o econômico, o artístico —, não é a mesma. Literatura, espelho da época? Não necessariamente, pode ser reação contra. Daí o imperativo da análise. Tem-se que analisar as grandes ondas desembarçadas ou as correntes que giram em torno de um nó de consciências. A atitude de um vassalo frente ao senhor não será da mesma substância mental da atitude do crente face a Deus, na Idade Média? Não há coloridos constantes em dada época?

A análise exige uma linguagem capaz de proporcionar os verdadeiros contornos de uma instituição ou fato, sem equívocos. Outro grande problema: o da nomenclatura. Falta à história a devida precisão terminológica. Purgatório do historiador. Mostra-o Bloch. As traduções que por semelhança se fazem e que se distanciam da realidade abordada. Toda a tradução francesa da palavra *Reich* é uma desfiguração. O bilingüismo de certas épocas: a linguagem das elites e a linguagem do povo, uma que se escreve e outra que apenas se fala. E as palavras de um tempo emprestadas a outro, porque o homem não tem o cuidado de mudar de vocabulário quando muda de instituições. *Colonus*, romano ou medieval, o mesmo termo para realidades diferentes. Também as ciências naturais sofrem dessa doença: *átomo*, hoje teóricamente dividido em *ions*, não quer dizer indivisível? Esse assincronismo da linguagem com as instituições em mudança notado por Bloch, faz lembrar Bergson ao apontar a incapacidade da linguagem científica contemporânea de acompanhar os progressos da ciência obrigada a se utilizar de metáforas que emprestam às novas descobertas os designativos de coisas conhecidas. Raio X, por exemplo. É arbitrária a linguagem do historiador: quantos feudalismos êle aponta através do tempo e dos países! Não lhe cabe a culpa de as instituições mudarem mais rapidamente que o vocabulário. Mas “um dia virá, sem dâvida, em que uma série de entendimentos permitirão precisar a nomenclatura, depois, passo a passo, aperfeiçoá-la”.

Outro grave problema: as divisões cronológicas. Veem marcadas pelas concepções do tempo: desde os quatro impérios dos cronistas medievais até os preconceitos classicistas do Renascimento que geraram a expressão Idade Média, quase pejorativa, a lembrar a síncope da romanidade. Discute Bloch o valor da contagem matemática por séculos. Sem significado efetivo para a história. Historicamente, não poderia o século XVIII começar em 1715 e terminar em 1789? Para a história da filosofia poderia começar em 1687 (*Histoire des Oracles*) ou em 1697 (Dicionário de Bayle). A “renascença” do século XII inicia-se em 1060. Que sentido teria uma “história econômica do reinado de Luix XV”? O mesmo que uma “História diplomática da Europa desde Newton até Einstein”. “O tempo humano, em resumo, permanecerá

sempre rebelde à implacável uniformidade como no seccionamento rígido do tempo do relógio.”

“O emprêgo da relação causal como instrumento de conhecimento histórico”, eis uma grande questão apenas afluída no capítulo que Marc Bloch não terminou. O problema do por que. Nessa busca há um processo de eliminação: não se consideram os antecedentes constantes e gerais, para se chamar causa apenas ao diferencial. Condições chamam-se os particulares e permanentes. De um incêndio histórico não se vai apontar como causa a presença do oxigênio do ar. Há sempre uma escolha. Arbitrária a distinção entre causas e condições.

Nem se há de enveredar pelo monismo da causa única. E faz Bloch esta advertência: “Os fatos históricos são por essência fatos psicológicos. E’ pois em outros fatos psicológicos que êles encontram normalmente seus antecedentes.” E o demonstra: a psicologia profunda mostra que o homem não age sempre por razões lógicas como pretendem certos livros de história. As ciências não avançam juntas, diz êle. Não: certos historiadores é que se empenham em impingir sua lógica pessoal aos fatos que estudam, como se fôsem dirigidos por êles mesmos. Os movimentos humanos não são governados por peças de relojoaria. Os historiadores que acordem para essa tremenda verdade: os homens não são necessariamente coerentes, nem livres de serem lógicos e conseqüentes em sua conduta. Nem os homens, nem as sociedades. A psicoanálise talvez ensine ainda, a alguns historiadores desavisados daquela advertência, que, sem conhecimentos de psicologia, as ações do homem não podem ser explicadas.

Bloch opõe restrições ao uso da palavra causa. Mas, cremos, não teve tempo para avançar. Roubada às ciências da natureza, onde aliás vai sendo repelida, tem trazido confusões à história. Implica em um mecanicismo incompatível com tudo o que sabemos a respeito da conduta humana. Por que não simplesmente condições? Ou melhor ainda, porque mais histórico: antecedentes. O que vem antes e exerce influência.

Eis um punhado de pretextos para pensar. Belos capítulos deixou Marc Bloch de escrever: a explicação em história, o problema da previsão, a experiência histórica.

Que não diria sobre o apaixonante problema do acaso? Sobre atos e fatos determinantes? Sobre a função relativa do indivíduo e da sociedade?

Sente-se que quase que só se provou o “hors d’oeuvre”. Os pratos de resistência não vieram. Muita originalidade e muita profundidade se perdeu. Irremediavelmente.

Livro sem complicações eruditas, nem perluxidades teóricas, escrito com modéstia comvente. “Memento de um artezão que sempre gostou de sua tarefa”. Riqueza de problemas recolocados, eis o mérito. Fazer pensar, mais do que esmagar o leitor com so-

luções esquemáticas atravancadas de suportes *ad auctoritatem* e argumentos massantes. Simplicidade de mestre cuja autoridade não reclama confirmações reiteradas. O problema é êste; eu penso assim. Que acha? Pense como eu, ou contra mim, mas pelo amor de Deus, pense também. Um verdadeiro oasis, bem ventilado e refrescante êsse refúgio sem as ardências do dogmatismo e sem as areias da erudição.

EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA

Professor da Cadeira da História da Civilização
Moderna e Contemporânea (U.S.P.).